



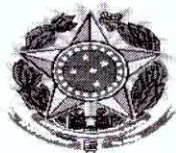
MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

TERMO DE DECLARAÇÕES DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ

Aos 31 dias do mês de agosto de 2016, na sede da Procuradoria da República no Paraná, presente o Procurador Regional da República Januário Paludo e Procurador Regional da República Antônio Carlos Welter, integrantes da Força-Tarefa instituída pelo Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU nº 217, de 03 de abril de 2014, na presença de seu advogado **TRACY REINALDET**, OAB/RS 56300 e **ADRIANO BRETAS**, OAB/PR 38524 foi realizada a oitiva do colaborador **DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ**, brasileiro, RG 4690013, CPF 011.279. 828.42 qual declarou: QUE o declarante e seu defensor autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital, além do registro escrito, nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o colaborador também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE o colaborador renuncia ao exercício do seu direito ao silêncio: O Declarante é engenheiro de formação oriundo da área de engenharia. Primeiro trabalhou na Eletrobrás, Diretor da Petrobras, Ministro de Minas e Energia do Governo Itamar e Presidente do Conselho da Vale do Rio Doce e Diretor da PETROBRAS no Governo Fernando Henrique. Por volta de 2001 à época o governador do Estado Mato Grosso do Sul era o Zeca do PT. Naquela época havia a intenção dele de trazer outras pessoas para começar a preparar um discurso diferente que não fosse só um discurso sindical para o PT. A partir do convite, JOSÉ DIRCEU procurou o depoente para que se filiasse ao partido. O próprio ex Presidente LULA procurou o depoente para que ingressasse no PT. O projeto era para ir para a Secretaria de Infraestrutura do Mato Grosso do Sul. Esse projeto fazia parte da carta política do PT para agregar pessoas de outros



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

segmentos para o projeto de 2002. Que o depoente foi candidato ao Senado por MS, por uma zebra, acabou ganhando a eleição e se elegeu Senador da República. Não tinha ocupado nenhum cargo parlamentar e foi aprendendo como aconteciam as coisas. Nesse período foi líder da base dos partidos que apoiavam o governo PT, Pcdob, PDT, talvez PP. Era uma frente bem reduzida, e não era tão grande quanto aquela que foi consolidada após o mensalão. Era uma frente de centro esquerda, que foi como o governo LULA começou. Quando sobreveio a crise do mensalão o depoente foi escolhido para ser o presidente da CPI. O depoente não foi escolhido por acaso, mas sim por que era iniciante e não conhecia o regimento, e poderia embaralhar as investigações. Só que as coisas viraram e foi feita uma investigação dura. Falou com o ex presidente LULA e disse que não colocaria panos quentes na investigação e no que teve como resposta “doa a quem doer”. Só que com isso, acabou se tornando um exilado político dentro do PT, ficou na “geladeira”. O depoente foi candidato a governador em 2006, mas foi um candidato “cristianizado” e perdeu as eleições, por que não teve apoio. Gradualmente se recuperou e em 2010 foi candidato novamente a Senador e acabou se elegendo novamente como Senador, com quase 80% dos votos. A partir de então houve uma reaproximação com o PT e com o próprio LULA. Com DILMA, que já conhecia há muitos anos, por que eram ambos egressos do setor de energia, começou a voltar às “hostes” do partido, por que estava respaldado pela votação significativa e pelas próprias características de diálogo e tolerância. Em 2014 foi candidato a governador do estado do MS, mas com a onda anti PT acabou perdendo a eleição. Voltou para o Senado, quando DILMA o convidou para ser líder do Governo no Senado. Então passou a ter uma maior interlocução com a própria DILMA e especialmente com LULA. Que o depoente perdeu o mandato neste ano. Quanto à formação do Governo em 2003 há duas etapas bem definidas. Quando começa o Governo, os partidos que acompanharam o governo desde o início, nos dois primeiros anos, tiveram o protagonismo na indicação de cargos. Com relação à PETROBRAS, houve a indicação de dois diretores RENATO DUQUE e NESTOR. ROGÉRIO MANSO era Diretor de Abastecimento ainda no Governo Fernando Henrique. Relativamente a ROGÉRIO MANSO, teria havido um acordo com o Ministro PALOCCI para que fosse mantido. O Diretor de Produção e Exploração era GUILHERME ESTRELA, geólogo de formação, que foi indicação do PT. O primeiro Presidente da PETROBRÁS foi o DUTRA, sucedido por GABRIELLI,



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Paraná

Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

que, depois acabou por ser presidente. Era uma configuração eminentemente do PT. Ou faziam parte do PT ou foram indicados. Nessa primeira fase, não havia uma operação intensa sob o ponto de vista de arrecadação sistêmica, que passou a ser exercido com muito mais intensidade a partir de 2005. Nesse início de governo um grupo muito pequeno tinha controle ou ação sobre o processo de arrecadação. No caso do PT era principalmente o Tesoureiro, o DELUBIO SOARES, o Presidente do PT, JOSÉ GENUINO, o próprio presidente LULA e Ministra de Minas e Energia DILMA. Não sabe dizer se DILMA sabia da total amplitude do que estava por trás das indicações para os diretores e presidentes da PETROBRÁS, mas presume que sim. Que o intuito arrecadatário aqui referido era “propina” QUE questionado sobre a participação de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA no esquema da PETROBRAS, esclareceu que sem dúvida nenhuma ele possuía conhecimento do esquema ilícito; QUE a PETROBRAS sempre mereceu atenção especial de todos os presidentes da República, tanto é que, normalmente, das estatais, o único presidente indicado diretamente pelo Presidente da República é a Presidência da PETROBRAS; QUE após o Mensalão o Presidente LULA precisava consolidar uma base forte, quando toma a decisão de trazer o PMDB; QUE o PP indica PAULO ROBERTO COSTA para assumir a Diretoria de Abastecimento após a saída de MANSO; QUE o PAULO ROBERTO COSTA era uma indicação do PP e então presidente da transportadora Brasil-Bolívia; QUE acompanhou de perto as sucessões das diretorias da PETROBRAS; QUE a partir de então as Diretorias da PETROBRAS passaram a incorporar a máquina destinada a garantir a governabilidade; QUE as Diretorias estavam a serviço da base de Governo; QUE a PETROBRAS foi usada como um vetor de desenvolvimento do país; QUE foi criado um volume bastante significativo de negócios na companhia, que garantiu grande arrecadação; QUE a PETROBRAS no governo do Presidente LULA tinha atenção especial, com envolvimento direto do Presidente LULA; QUE o contato do Presidente da República ocorre diretamente com o Presidente da estatal, porém LULA mantinha também contato direto com os Diretores da estatal; QUE discutia a construção de sondas, SETE BRASIL, expansão das refinarias; QUE no governo LULA esse contato foi mais intenso do que em outros governos; QUE quanto ao recolhimento das propinas tem a dizer que era o partido quem executava, porém LULA tinha conhecimento dessas arrecadações, já que estava em constante contato com os representantes



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Paraná

Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

de todos os partidos beneficiados, tais como PMDB e PP; QUE se o Diretor não desempenhasse o papel de arrecadação a reclamação ocorreria direto com o Palácio do Planalto; QUE recorda-se de questões relacionadas ao PP e a PAULO ROBERTO COSTA nesse sentido; QUE após o Mensalão vários diretores que tinham sido indicações de outros partidos passaram a ser sustentados pelo PMDB; QUE PAULO ROBERTO COSTA era uma indicação do PP, sendo que houve um impasse em sua nomeação para Diretoria de Abastecimento; QUE existia um movimento forte para tirar da estatal ROGÉRIO MANSO; QUE se um partido tem uma base importante dentro da governabilidade são utilizados mecanismos para atrapalhar votações, o que foi feito em decorrência nas dificuldades para nomeação de PAULO ROBERTO COSTA; QUE MANSO tinha o aval de PALOCCI, sendo que LULA precisava agregar esse espaço para ancorar o PP na base de sustentação do Governo; QUE o PP, diante do empasse, passou a adotar medidas dentro do Congresso para atrapalhar a pauta, como forma de garantir a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA; QUE quanto a mudança da base aliada após o Mensalão, tem a informar que no início o Governo do PT era mais fechado; QUE JOSÉ DIRCEU sempre defendeu que o PMDB integrasse de maneira mais forte no governo; QUE LULA inicialmente disse não, porém após o Mensalão reviu esse posicionamento, tendo o PMDB assumido cargos importantes após o Mensalão; QUE houve um acordo no Mensalão para que se poupasse o impedimento do Presidente LULA; QUE no relatório da CPI, da qual foi Presidente, existia uma proposta de indiciamento de LULA e um dos seus filhos, que acredita ser LULINHA, que tinha envolvimento com GAMECORP e TELEMAR; QUE essas questões de indicação e retirada de pontos dos relatórios da CPI é comum, ocorrendo em diversos casos; QUE então foi feito um acordo para retirada desse indiciamento; QUE com os indícios que foram levantados haviam elementos para que se desse continuidade em um processo de impeachment; QUE esse acordo passou pelos principais líderes da CPI, especificamente as lideranças dos partidos; QUE inclusive a oposição compreendeu que o Relatório deveria sustentar o andamento de processos judiciais futuros, sendo que em caso contrário a CPI não teria resultado; QUE os indícios em face do Presidente LULA surgiram de diversos elementos colhidos, inclusive fatos apresentados, especialmente pela oposição; QUE na convicção do depoente naquela época os indícios eram bastante fortes, especialmente em face de LULINHA; QUE acredita que na ocasião a decisão de excluir LULA do



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

relatório foi correta, sendo que depois os fatos reunidos ficaram mais robustos; QUE quanto a nomeação dos demais diretores da PETROBRAS tem a dizer QUE RENATO DUQUE é uma indicação direta do PT, tendo mantido relação intensa com o Partido por todo período; QUE quanto a substituição de NESTOR CERVERÓ do cargo da Diretoria Internacional da PETROBRAS recorda-se que após o Mensalão ele era sustentado no cargo pelo PMDB do Senado; QUE com a questão da CPMF o PMDB da Câmara exigiu participação na Diretoria Internacional, sob pena de não aprovação da CPMF; QUE o nome pretendido era o de JOÃO HENRIQUES, que foi vetado por DILMA, tendo sido indicado então JORGE ZELADA; QUE CERVERÓ era uma indicação do PMDB do Senado, especificamente de RENAN CALHEIROS; QUE o PMDB da Câmara e o PMDB do Senado são distintos; QUE no PMDB da Câmara quem cuidava da questão das indicações era FERNANDO DINIZ, do PMDB de Minas Gerais; QUE no PMDB da Câmara participavam também MICHEL TEMER, EDUARDO CUNHA e GEDEL VIANA, que formavam um grupo que sempre atuou conjuntamente; QUE essas questões era comumente tratadas pelas lideranças com o Ministro Chefe da Casa Civil e Presidência da República; QUE a PETROBRAS, dada sua relevância, sempre passava pela Presidência da República; QUE quanto às arrecadações pelas Diretorias da PETROBRAS sabe que LULA tinha conhecimento do que era angariado pelas Diretorias capitaneadas pelo PT; QUE ainda que não tivesse precisão contábil, tinha noção do volume da propina envolvida; QUE quanto às negociações da PETROBRAS diretamente com os empresários tem a dizer que LULA sempre dialogou com eles, sendo costumeiramente por eles procurado; QUE a PETROBRAS sempre movimentou valores muito grandes, envolvendo prestação de serviços, logística, refinarias, sendo que isso era muito atrativo para qualquer militante dessa área; QUE a PETROBRAS foi usada com extrema intensidade pelo Governo; QUE LULA conversava com vários empresários, destacando as grandes empresas ANDRADE GUTIERREZ, CAMARGO CORREA e ODEBRECHT; QUE quanto ao início da Operação Lava Jato tem a informar QUE quando começou a Operação no início de 2014 e com a prisão de PAULO ROBERTO COSTA o Governo acreditava que seria uma Operação tal qual várias das outras que já tinha ocorrido, sendo que se encerraria em Brasília; QUE o Governo subestimou a Operação Lava Jato em seu início, que foi tida como a repetição de outros escândalos que ocorreram no Brasil; QUE no final de 2014, com a prisão dos



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Paraná

Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

empresários, o Governo acendeu um sinal de alerta, sendo que o próprio LULA passou a entender o risco do desdobramento das investigações; QUE nesse momento iniciam-se ações no sentido de contenção de danos; QUE havia uma divergência entre o que pensava LULA e o que pensava DILMA; QUE LULA pretendia criar um grupo dentro do Palácio do Planalto para acompanhar a questão, inclusive dentro do Congresso; QUE DILMA, porém, acreditava que a Operação não chegaria até ela, ainda que atingisse muita gente, pelo que sairia fortalecida do processo; QUE para o colaborador isso não ocorreria, em função da investigação sobre os investimentos nas campanhas eleitorais; QUE quando DILMA resolve tomar uma atitude já não havia mais tempo; QUE uma das iniciativas foi por meio de MARCELO NAVARRO; QUE DILMA solicitou que o depoente conversasse com NAVARRO; QUE o próprio LULA chamou ao depoente, junto com LOBÃO e RENAN para conversar, em uma sexta-feira, na sede do Instituto Lula; QUE em que pese LULA tenha elegido DILMA, não conseguia fazer valer seu entendimento em alguns aspectos; QUE inclusive RENAN e LOBÃO disseram que LULA estava enfraquecido, por ter procurado os parlamentos para tentar solucionar o problema; QUE havia um receio de que a colaboração de NESTOR CERVERÓ, envolvendo a operação com o Banco SCHAHIN e JOSÉ CARLOS BUMLAI; QUE o depoente procurou MAURÍCIO BUMLAI, com quem tinha mais intimidade, para tratar da questão; QUE LULA sugeriu que se buscasse alternativas para preservar BUMLAI e sua relação com LULA; QUE é desse momento que surge a ideia de cooptar NESTOR CERVERÓ e tentar impedir a celebração de seu acordo de colaboração premiada; QUE o depoente procurou MAURÍCIO BUMLAI, explicando-lhe a situação, tendo esse se comprometido a ajudar; QUE não acompanhou de perto o episódio das Sondas, mas sabe como foi feita a operação; QUE partiu de uma dívida que BUMLAI tinha com o Banco SCHAHIN em função de campanhas eleitorais do PT; QUE essa dívida era, em tese, de R\$ 12.000.000,00, mas acredita que a operação era maior do que isso; QUE acredita que a operação não foi só para quitar essa dívida, acreditando que existiram outras tratativas, devido aos montantes envolvidos; QUE conheceu todo o pessoal envolvido tanto pelo lado empresarial quanto pelo lado político; QUE o próprio BUMLAI relatou essa operação para o depoente; QUE o depoente acredita que essa operação, que envolve R\$ 1,6 BI, resulte em valores próximos a 1%; QUE quanto a destinação da diferença entre os valores destaca



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Paraná

Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

os fatos que ocorreram no ABC paulista e na eleição para prefeitura de Campinas; QUE tem convicção de que foi uma operação plural, não destinada a quitar somente a dívida de JOSÉ CARLOS BUMLAI; QUE LULA tinha conhecimento de toda a operação; QUE conhece BUMLAI e portanto acredita que ele não teria feito essa operação sem a ordem do mais alto posto da hierarquia, sendo que não teria feito a operação sem o conhecimento de LULA; QUE BUMLAI tinha um relacionamento familiar com LULA; QUE nunca foi ao Sítio de Atibaia/SP atribuído a LULA, mas que todos tinham conhecimento de que ele era o dono da propriedade; QUE originalmente BUMLAI seria o responsável pela obra, porém para que fosse entregue na data combinada foi trazida a OAS; QUE quando foi ao Instituto Lula para tratar da obstrução das operações o alvo era o advogado de NESTOR CERVERÓ; QUE BERNARDO CERVERÓ procurou o depoente para informar das dificuldades em realizar os pagamentos dos honorários; QUE o depoente interferiu junto a PETROBRAS para liberar o pagamento desses honorários, no limite do que era possível, já que a estatal não assume os honorários de processos criminais; QUE esteve na reunião no Instituto Lula a pedido de LULA; QUE o grande temor de LULA eram os fatos envolvendo a sonda da SCHAHIN e e JOSÉ CARLOS BUMLAI; QUE acredita que a intenção fosse resolver o problema logo, antes que crescesse, já que BUMLAI tinha conhecimento de muitos fatos; QUE quanto as arrecadações das diretorias da PETROBRAS era possível estimar quanto seria angariado, de um modo geral em torno de 1%; QUE isso era de conhecimento de LULA, que acompanhava as questões relacionadas ao PT, tendo noção também de como era feito nas outras diretorias; QUE devido a representatividade da PETROBRAS em seu governo, LULA tinha conhecimento dos fatos; QUE além da PETROBRAS, recorda-se da construção da usina de Belo Monte, relacionada ao PMDB, que se destacava na parte de exploração elétrica no Brasil; QUE quanto a outras áreas em que recolhidas propinas pelo PT destaca os fundos de pensão e o BNDES, mas que a grande fonte era a PETROBRAS; QUE na formação do governo LULA o loteamento de cargos servia para alinhar a máquina política e arrecadar propinas; QUE devido ao destaque da PETROBRAS no Governo LULA, essas operações se tornaram mais sistêmicas; QUE isso vem desde o início, ampliando-se fortemente após o Mensalão; QUE o projeto era de consolidação do poder, ampliação e retorno, com base na arrecadação de propina; Nada mais havendo sobre esse tema específico,



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

encerrou-se o presente termo, que, lido e considerado conforme, foi assinado pelos presentes.

DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ
Colaborador

TRACY REINALDET
OAB/RS 56300

ADRIANO BRETAS
OAB/PR 38524

JANUÁRIO PALUDO
Procurador Regional da República

ANTÔNIO CARLOS WELTER
Procurador Regional da República